



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, Universidade Federal de Pernambuco, v. 6 n. 2 (2025)

• <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2025.265614>

Submissão: 20/07/2025 • Aprovação: 20/09/2025

Economia feminista camponesa: saber, experiência e organização produtiva de mulheres em movimento no Brasil

Noeli Welter Taborda^I , Elisiane de Fátima Jahn^{II} ,
Renata Rocha Gadelha^{III} 

^I Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, São Paulo, BR

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3553-4523>

^{II} Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, UFVJM, Diamantina, MG, BR

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7001-2434>

^{III} Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Curitiba, PR, BR

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6795-1412>

RESUMO

O presente artigo busca trazer e desenvolver reflexões acerca de compreensões sobre economia, feminismo e campesinato dialogadas e construídas a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. A elaboração é fruto de observação participante, realizada pelas autoras que, apresentam esse ensaio e que se propõem ao desafio constante da realização de pesquisa engajada, participante e militante, que caminha ao lado da ação concreta organizativa e formativa realizada junto das camponesas. A conclusão que se chega é que através da construção histórica, de 42 anos de existência, as integrantes do MMC, alicerçam seus saberes e práticas na práxis feminista camponesa, nos propostos da educação popular, da luta de resistência, no enfrentamento às injustiças, na busca por direitos, nas formulações teóricas e no desenvolvimento da economia feminista, firmada na agroecologia e na solidariedade desenvolvida a partir, mas não só, de quintais produtivos. A movimentação camponesa, indígena, negra e popular, constrói territórios de resistência e de enfrentamento às bases capitalistas de produção, bem como à cultura patriarcal e ao racismo que alicerçam o sistema de exploração do trabalho e da vida das mulheres. Além disso, essa movimentação camponesa assenta suas bases na produção diversificada de alimentos saudáveis. Ambas as ações, estão articuladas e formam a base fundamental para a construção e a continuidade da existência de projetos de vida para o campo e para a cidade, bem como para a transformação da sociedade por elas defendida, que parte do local, do comunitário, mas que possui leitura e articulação nacional e internacional.

Palavras-chaves: feminismo; campesinato; movimento de mulheres; territórios de resistência e enfrentamento.

Peasant feminist economy: knowledge, experience and productive organization of women in movement in Brazil

ABSTRACT

This article seeks to bring and develop reflections on understandings of economics, feminism and peasantry that are dialogued and constructed from the Peasant Women's Movement (MMC) of Brazil. The elaboration is the result of participant observation, carried out by the authors who present this essay and who propose the constant challenge of carrying out engaged, participatory and militant research, which goes hand in hand with the concrete organizational and formative action carried out with peasant women. The conclusion reached is that through the historical construction of 42 years of existence, the members of the MMC base their knowledge and practices on peasant feminist praxis, on the proposals of popular education, on the struggle of resistance, on the confrontation of injustices, on the search for rights, on theoretical formulations and on the development of feminist economics, based on agroecology and solidarity developed from, but not limited to, productive backyards. The peasant, indigenous, black and popular movements build territories of resistance and confrontation against the capitalist bases of production, as well as the patriarchal culture and racism that underpin the system of exploitation of women's work and lives. Furthermore, this peasant movement is based on the diversified production of healthy foods. Both actions are articulated and form the fundamental basis for the construction and continuity of life projects for the countryside and cities, as well as for the transformation of society that they defend, which starts from the local, the community, but which has a national and international interpretation and articulation.

Keywords: feminism; peasantry; women's movement; territories of resistance and confrontation

Economía campesina feminista: conocimientos, experiencias y organización productiva de mujeres en movimiento en Brasil

RESUMEN

Este artículo busca traer y desarrollar reflexiones sobre entendimientos sobre economía, feminismo y campesinado dialogados y contruidos desde el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC) en Brasil. La elaboración es resultado de la observación participante, realizada por los autores que presentan este ensayo y quienes proponen el desafío constante de realizar una investigación comprometida, participativa y militante, que vaya de la mano de la acción organizativa y formativa concreta realizada con las mujeres campesinas. La conclusión a la que se llega es que a través de la construcción histórica, a lo largo de 42 años de existencia, los integrantes del MMC basan sus conocimientos y prácticas en la praxis feminista campesina, en las propuestas de educación popular, en la lucha de resistencia, en el enfrentamiento de las injusticias, en la búsqueda de derechos, en formulaciones teóricas y en el desarrollo de una economía feminista, basada en la agroecología y la solidaridad desarrollada desde, pero no solo, los patios traseros productivos. El movimiento campesino, indígena, negro y popular construye territorios de resistencia y confrontación contra las bases de producción capitalistas, así como contra la cultura patriarcal y el racismo que sustentan el sistema de explotación del trabajo y la vida de las mujeres. Además, este movimiento campesino se basa en la producción diversificada de alimentos saludables. Ambas acciones se articulan y constituyen la base fundamental para la construcción y permanencia de proyectos de vida para el campo y la ciudad, así como para la transformación de la sociedad que ellos defienden, que parte de lo local, lo comunitario, pero que tiene consecuencias nacionales y lectura y articulación internacional

Palabras-clave: feminismo; campesinado; movimiento de mujeres; territorios de resistencia y confrontación

INTRODUÇÃO

O presente ensaio pretende identificar elementos da economia feminista a partir da história de organização, formação e lutas do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC Brasil), bem como do feminismo camponês popular. Para este processo de elaboração, parte-se da observação participante e pesquisa militante das autoras, que também integram o MMC. As informações, aprendizados e constatações são apresentadas de maneira horizontal, circular e em espiral.

Por observação participante, de acordo com Brandão (2007), refere-se a um processo intencional de aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Aponta que o pesquisador precisa se “contaminar”, conhecer a realidade concreta, o lugar, as pessoas, o espaço de relações que envolvem aquilo que ele deseja pesquisar e entender num permanente exercício pedagógico e de profundo aprendizado que envolve a transição da pesquisa individual e solitária para uma pesquisa coletiva e solidária.

Com relação a pesquisa militante, aqui ela é compreendida a partir de Jaumont e Varela (2016) que a entendem como um amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

Desta maneira, a partir das compreensões acerca da pesquisa, são trazidas as seguintes construções na estrutura do artigo: a) apresentação do MMC; b) identificação de elementos do projeto de agricultura camponesa; c) economia feminista camponesa; d) feminismo camponês popular; e) considerações finais.

A luta das mulheres camponesas, organizadas no MMC, desde o final dos anos de 1970, início de 1980, carrega a mística feminista e libertadora das mulheres trabalhadoras do campo, das águas e das florestas. Este processo histórico de mais de 42 anos de existência revelou a coragem de sair de casa, se organizar coletivamente e buscar direitos, bem como construir, por meio de relações mais equitativas entre as pessoas e de respeito ao ambiente, a nova sociedade tão almejada pelas mulheres.

Importa dizer que a mística para as camponesas, corresponde a um ritual, uma motivação profunda que dá energia para as pessoas e organizações, sendo

metodologicamente pensada, vinculada às crenças, ideologia e à prática das mulheres camponesas. Possui papel importante em termos individuais e coletivos, pois anima, revigora e permite seguir esperançando nas lutas diárias. Produz sentimento de pertença e impulsiona para o enfrentamento a todas as injustiças, como se fosse uma convicção profunda plantada no coração das pessoas. Segundo informações do site do MMC, “A Mística do MMC encontra sua razão de ser no desejo de justiça e felicidade que nos anima na luta, no trabalho de base. A terra, a água, o fogo e o ar são elementos que dão significados à mística da vida. A mística nos leva a crer que quando mulheres e homens se unirem na luta por justiça no Brasil haverá grandes mudanças sociais. Ela deverá nos levar a reconstruir uma cultura humana que acolhe, transforma e cuida da vida e que, pouco a pouco, vai se cristalizando na nova mulher lutadora” (MMC, 2024).

A economia feminista de que tratamos neste ensaio parte das leituras e construções desde os territórios de resistência e enfrentamento das camponesas. A análise, portanto, parte do lugar de fala dessas mulheres na sociedade, que inclui a crítica ao lugar social a elas imposto e propõe uma ruptura aos paradigmas capitalista, racista, patriarcal, às estruturas sociais opressoras que historicamente limitam a autonomia das mulheres, que reconhecem apenas o universo público e a economia mercantil monetarizada como bases de análise para a sustentação da vida em sociedade. O que elas propõem, a partir da construção teórica, prática e coletiva do feminismo camponês popular, é o estabelecimento de olhares ampliados, diversos e múltiplos das análises econômicas, onde o espaço público é apenas um dos elementos que o integra.

Em seus estudos Sirlei A.K. Gaspareto (2018) afirma que este feminismo tem como uma das centralidades a luta pela agroecologia. Percebe-se que há uma nítida preocupação com a biodiversidade e com a produção de alimentos saudáveis. Para a autora “Tem compromisso com a vida. Por isso mesmo é um feminismo camponês agroecológico, que incide no território e promove condições humanas, sociais e ambientais geradoras de uma convivência justa e sustentável” (Gaspareto, 2018, p. 193).

A elaboração deste ensaio se propõem ao desafio constante da pesquisa engajada e militante, que caminha ao lado da ação concreta realizada junto às camponesas. Portanto, adota-se uma abordagem materialista histórico-dialética, sendo uma de suas características, de acordo com Marx (2008, p. 47), partir do pressuposto de que: “não é a consciência dos homens [*das pessoas*¹] que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência”.

¹ Grifo das autoras.

Em síntese, o ser social, aqui compreendido como a coletividade das camponesas e das autoras, parte das contradições geradas pelo capitalismo, patriarcado e racismo, que envolve e impacta a materialidade da vida das mulheres, para de maneira organizada se colocarem em movimento, em marcha e em caminhada na busca de seus direitos e de se constituírem como “ser mais²”, bem como, na construção de uma economia feminista camponesa, alicerçada e em constante movimento que envolve saber, experiência e organização produtiva de mulheres camponesas no Brasil.

1. Movimento de Mulheres Camponesas: história, luta, memórias e organização em defesa dos direitos das mulheres

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se apresenta como um movimento social, popular e autônomo de mulheres do campo, das florestas e das águas. Inicia seu processo de organização na década de 1980, em sintonia com a rearticulação e a constituição de vários outros movimentos sociais do campo e da cidade, num período de ascensão das lutas sociais no Brasil, pós-ditadura cívico militar.

Sabe-se através da oralidade, que já aconteciam reuniões e articulações específicas das mulheres, em especial nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. No entanto, em seus registros oficiais, constam informações de que uma das primeiras reuniões, que possui uma lista de presença, ocorreu no dia 01 de maio de 1983. Essa reunião foi realizada em uma pequena cidade chamada Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó no interior de Santa Catarina. Essa data passa a ser o marco de referência para o Movimento, que neste ano de 2025, comemora 42 anos de existência.

Desde o princípio, as mulheres foram motivadas pela bandeira do reconhecimento da profissão e valorização das trabalhadoras rurais, num período em que as camponesas não tinham sua profissão reconhecida e, portanto, não tinham acesso a direitos, tais como a aposentadoria, o salário maternidade, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte, ou mesmo acesso a documentos pessoais e profissionais. Nesse período (anterior à constituição de 1988) era comum ouvir das mulheres do campo, em suas falas de reivindicação, de que elas não eram “meia enxada”, ao fazer

² “Ser mais” é um conceito formulado por Paulo e Elza Freire e que corresponde a libertação da opressão, que é feita a partir dos sujeitos, através de sua ação material, concreta e consciente.

referência ao fato de que o único direito que tinham era ao de meio salário-mínimo, após o marido falecer.

Depois de uma série de mobilizações que deram origem aos movimentos autônomos de mulheres do campo no Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a profissão de trabalhadora rural, garantindo o direito à aposentadoria, salário maternidade, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho e pensão por morte. No entanto, as camponesas afirmam que a conquista de direitos precede ao grande passo que foi dado anteriormente: “(...) o primeiro passo para a conquista de nossa libertação foi “sair de casa”, ir para as reuniões, ir em busca de novas possibilidades coletivas” (Cartilha Formação de Base, 2024, p. 07).

Durante o período de 1983 a 2004, segundo registros históricos, cada estado, de maneira independente e autônoma, foi organizando movimentos autônomos de mulheres. Esses, além do debate sobre os direitos previdenciários, também discutiam a documentação das trabalhadoras rurais, visto que perceberam que para acessar os direitos conquistados precisavam ter documentos, tanto pessoais, quanto profissionais. Além disso, faziam o debate acerca da saúde da mulher, do Sistema Único de Saúde (SUS) e realizavam práticas que envolviam a troca de sementes, a preservação da diversidade de alimentos e o trabalho com plantas medicinais.

Além das ações concretas, de estudo e de organização, também fortaleciam suas pautas no campo da articulação e, em 1995 organizaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Nessa articulação “a luta foi marcada pela campanha da documentação: “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, bem como, as bandeiras de luta pela garantia dos direitos previdenciários, à saúde pública, o acesso à educação e o enfrentamento ao modelo de agricultura” (Cartilha Formação de Base, 2024, p. 08).

No entanto, era preciso avançar ainda mais, visto que no período em que inicia sua organização o MMC surge com diferentes nomes, a partir da materialidade do trabalho que era desenvolvido em cada estado. Segundo estudos de Noeli Welter Taborda (2023) havia nesse período o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB/PB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTRSC/PE), que se transformaram no Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR-PE). No entanto, houve associações e movimentos

sociais que, posteriormente, compuseram o que hoje denominamos de Movimento de Mulheres Camponesas, os quais listamos a seguir:

ESTADO	ASSOCIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO OU MOVIMENTO QUE SE SOMOU NA CONSOLIDAÇÃO DO MMC
Espírito Santo	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES
Acre	Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do AC
Maranhão	Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA
Alagoas	Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais de AL
Minas Gerais	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG
Mato Grosso do Sul	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS
Bahia	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA
Sergipe	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do SE
Paraíba	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB
Roraima	Movimento de Trabalhadoras Rurais do RR
Pará	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA
Amazonas	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM
Tocantins	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO
Paraná	Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PR
Rio Grande do Sul	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
Santa Catarina	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

Fonte: Autoras (2025)

Assim, após amplo e intenso debate realizado desde as comunidades rurais, onde as camponesas discutiram o futuro nome do Movimento, sua simbologia e forma de organicidade, em 2004, realizaram seu I Congresso Nacional que consolidou e unificou este conjunto de movimentos de mulheres do campo, em uma única organização nacional: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

De acordo com Taborda (2023) o nome foi consolidado após um amplo e profundo debate em escalas nacional, estadual e nas bases. Como síntese desse processo, para elas, a mulher camponesa é aquela que:

(...) de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2004, p. 2).

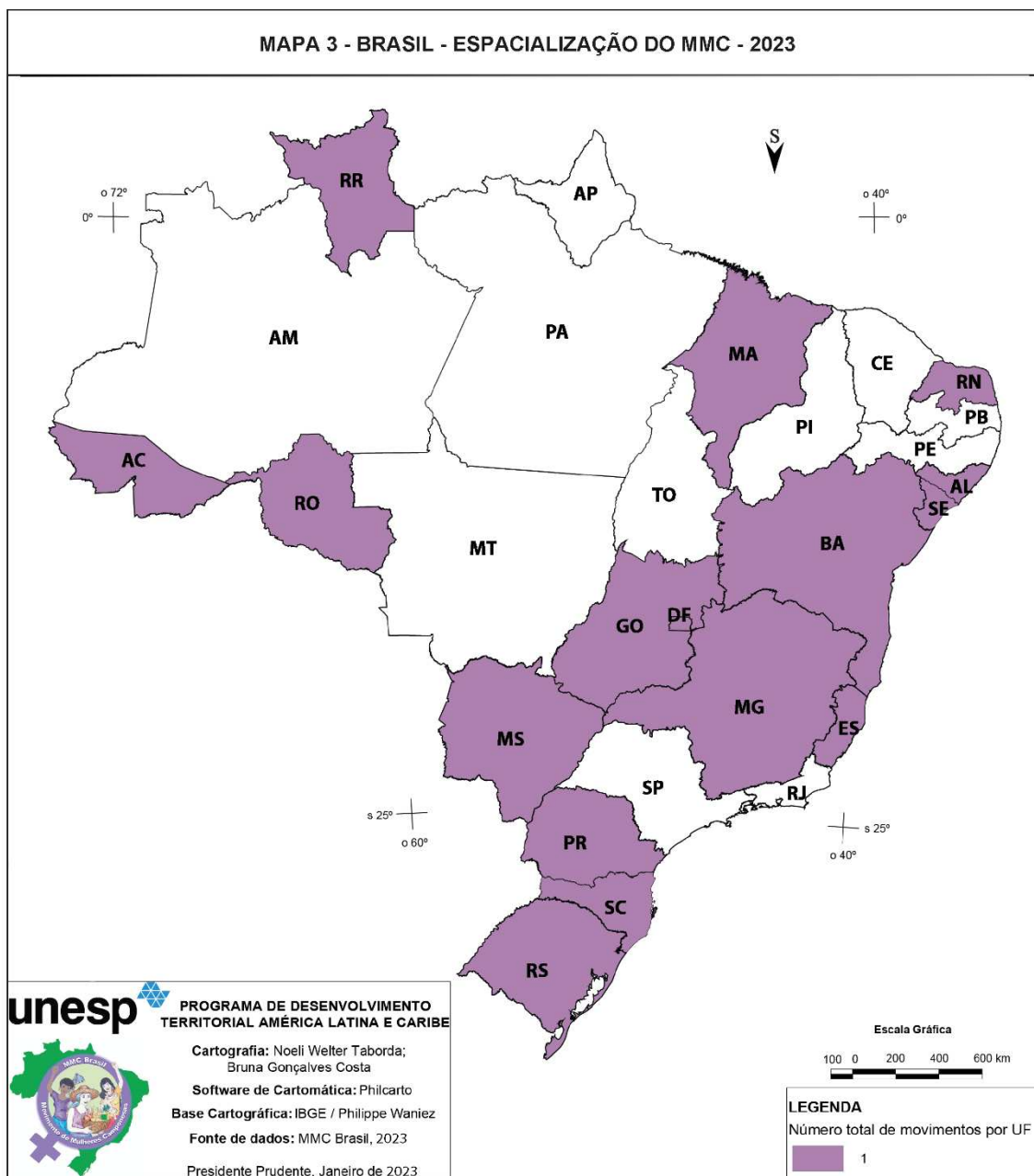
Sua missão afirma que:

A libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC, 2024, s/p)

Na missão temos a síntese das afirmações sobre o olhar coletivo das mulheres do campo, das florestas e das águas com relação a suas compreensões em ser Movimento. Destacamos que nesse período, o MMC se afirmou como um movimento feminista e que estabelece suas bases no campesinato.

De maneira unificada, de 2004 a 2024, as mulheres realizaram muitos encontros nacionais de estudo e formação, compartilharam experiências, lutaram por direitos, realizaram ações de denúncia (por exemplo, o 08 de março de 2006, na Aracruz Celulose), anunciaram campanhas pela Produção de Alimentos Saudáveis (2007), se identificaram como Sementes de Resistência (Campanha Nacional Sementes de Resistência, 2020) e seguiram realizando suas práticas, desde os territórios, através da agroecologia em seus quintais produtivos. No mapa a seguir demonstramos a espacialização do Movimento em 2023³.

³ Atualmente o MMC está retomando a organização no estado do Pará.



Fonte: Taborda (2023)

Teoricamente as mulheres foram aprofundando seus estudos e formulando elementos sobre o feminismo camponês popular, o projeto de agricultura e de sociedade que defendem, ancoradas nos pressupostos da educação popular feminista, que vamos conhecer nos próximos itens deste ensaio.

2. Projeto de agricultura e as mulheres camponesas: ações de existência e resistência no meio rural brasileiro

O MMC, desde os anos 1980, além da luta pelos direitos, vem aprofundando, discutindo e materializando suas práticas, a partir de sua compreensão de Projeto de

Agricultura Camponesa, Popular, Feminista e Agroecológica. Para as camponesas, esse projeto “(...) busca autonomia das camponesas, a produção agroecológica, o uso de sementes crioulas, a produção diversificada de alimentos saudáveis para todos e todas e a garantia da soberania alimentar, bem como, a busca pela autonomia e empoderamento das mulheres” (Cartilha Soberania Alimentar, 2007, p.13).

Ainda, para elas, discutir agricultura camponesa corresponde à defesa de um modelo de agricultura, de um modo de vida, visto que: “defendemos a agricultura camponesa, porque é através dela que podemos construir a soberania alimentar. As pequenas propriedades são as que produzem comida, pelo trabalho de mulheres, homens, jovens e crianças que começam, desde muito cedo, aprender o “ofício”, estando junto, na lida dia-a-dia” (Cartilha Soberania Alimentar, 2007, p. 31).

Com relação ao campesinato, o entendemos como um modo de produção que vem se desenvolvendo e reproduzindo sua cultura, com base no trabalho da família na unidade camponesa de produção e com valores próprios que dialogam com pressupostos da reciprocidade.

No Brasil, há uma expressiva heterogeneidade sociocultural e estrutural que marca a agricultura brasileira. Portanto, para analisar e estudar as dinâmicas socioprodutivas e culturais, as relações de sociabilidade e os modos de vida dos grupos que habitam o meio rural brasileiro, é preciso considerar a pluralidade de práticas e vivências, das quais denominamos de “ruralidades”.

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (2008), embora com peso relativo e inter-relações que variam conforme os países, praticamente todos os sistemas agrícolas no mundo resultam de três arranjos político-econômicos distintos que se combinam, sendo eles: a produção capitalista, na qual a relação salário-trabalho é central; a agricultura empresarial e a agricultura camponesa.

Para o autor, a diferença entre as duas últimas formas está no fato de que a agricultura camponesa é fortemente fundamentada no que se denomina de “capital ecológico”, enquanto a agricultura empresarial afasta-se, progressivamente, da natureza e os insumos artificiais substituem os naturais, tornando a agricultura industrializada.

Considerado como um modo de vida específico, em meio à diversidade de conceitos existentes para denominar o meio rural brasileiro, o campesinato pode ser entendido como um ator social envolvido em processos sociais e com relações locais e mercantis. Maria de Nazareth Baudel Wanderley auxilia nessa reflexão quando fundamenta:

Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem, com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como esse se integra àquela (Wanderley, 2003, p. 45).

Para Mendras (1976), o campesinato está sempre associado a sociedades camponesas, não se reduzindo, apenas, a uma forma social de organizar a produção, nem a um tipo de integração ao mercado. Marcel Jollivet avança no debate, ao articular essas “*coletividades rurais*” ao processo de transformação da sociedade em seu conjunto (Jollivet *apud* Wanderley, 2003, p. 45).

Assim, se a agricultura camponesa é uma forma particular de organização da produção – uma identidade social que se associa às sociedades camponesas – cada local vai delineando suas formas e características. Desse modo, o campesinato, que constitui parte relevante da agricultura mundial, no Brasil, reflete particularidades devido aos processos sociais aqui vivenciados.

Em termos gerais, o campesinato pode ser entendido como uma forma social de organização da produção, um modo de vida, constituído por poliprodutores e poliprodutoras, cuja base produtiva é a mão-de-obra familiar e a produção diversificada de alimentos, associada à criação de animais, em uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, na criação e no desenvolvimento de uma base autogestionada de bens sociais, culturais, naturais, políticos e econômicos, cuja legitimidade é afirmada, negada ou reproduzida durante os tempos.

Na unidade camponesa, o “capital” são as ferramentas disponíveis, as instalações, os animais e os estoques. Entretanto, esse “capital” não é de modo algum um valor que gera valor excedente. (...) são os instrumentos (ou meios) de facilitar e aprimorar o processo de trabalho. É a ausência da relação capital-trabalho que transforma determinadas unidades de produção agrícolas em propriedades camponesas (Ploeg, 2016, p.21).

Deste modo, o capital contido na unidade camponesa consiste na casa, nas instalações, na terra, nos equipamentos que se tem, nos animais e no material genético que há disponível. Ainda,

[...] a memória também é uma parte intrínseca desse capital, assim como as redes – de venda de produtos, de obtenção de ajuda mútua ou troca de sementes – e economias fazem parte dele. Contudo, esse “capital” não é usado para gerar valor excedente a ser investido novamente a fim de produzir mais valor excedente. Tampouco é acumulado por meio da exploração do trabalho assalariado de outrem (Ploeg, 2016, p.31).

Como a finalidade do capital na unidade camponesa não é produzir excedente na forma de mais-valia, ele constitui a base de recursos que é controlada pela família camponesa. Apresenta um patrimônio que a família tenta estender ao longo de seu ciclo de vida, considerando as futuras gerações.

Seu sistema de produção possui como base, a policultura-pecuária, que pode ser considerada “uma sábia combinação entre diferentes técnicas” (Carvalho, 2005, p. 28), um equilíbrio entre atividades agrícolas diversas, combinando produção animal e vegetal o ano todo. Essa diversidade também cria identidades locais e ambientais, interligando territórios, práticas sociais, ambientes e culturas, construindo-se em espaços de resistência, luta e aprendizado, ou seja:

Cimenta identidades culturais que se transformam em trincheiras de resistência, de planos e utopias. Produz sujeitos políticos coletivos que lutam por direitos, por tradições, por sobrevivência e por perspectivas de futuro sem destruição de sua própria história e seus meios de vida (Via Campesina, 2013, p. 02).

Jan Douwe Van Der Ploeg, acrescenta a esta combinação de produção de alimentos diversificada, consorciada com a criação de animais de pequeno porte, que a obra-prima da produção camponesa, é composta por aprendizados constantes e avaliações de equilíbrios, uma vez que,

Se os belos campos, de adubo “bem produzido”, colheitas de bons grãos e vacas que geram boas crias são todas expressões da arte da agricultura, então dominá-la, ajustá-la e combinar de forma criativa os diferentes equilíbrios constituem-se o âmago dessa arte. São os instrumentos usados pelo artista para criar essa obra-prima (Ploeg, 2016, p.14).

Afora isso, a agricultura camponesa é

profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês e a camponesa convivem com outras categorias sociais e onde desenvolvem uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco (Carvalho, 2005, p. 30. Grifo do autor),

Podendo ser denominada sociedade de interconhecimento. Assim:

A agricultura camponesa está tipicamente enraizada em (e ao mesmo tempo envolve) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo apoia-se sobre os recursos produzidos e reproduzidos ao longo dos ciclos anteriores. Nesse sentido, eles entram no processo como valor de uso, como meios e instrumentos de trabalho (em suma: como não mercadorias) que são usados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo reproduzir a unidade de produção. Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias (Ploeg, 2008, p. 22).

Tendo isso em vista, o campesinato não pode ser identificado apenas como uma agricultura de subsistência, familiar e pequena, pois são suas relações internas e

externas e seus mecanismos culturais de reprodução que o definem. Além disso, emergem muitos outros elementos que ultrapassam os limites da produção e de reprodução da vida, por isso, pode ser entendida como uma categoria social e histórica.

Por ser uma categoria social e histórica, e apresentar características distintas que demarcam a ruralidade brasileira, discutir o campesinato relacionado aos saberes e fazeres específicos das mulheres o torna ainda mais complexo.

No decorrer da história da organização das camponesas, o espaço de produção cuja gestão é realizada pelas mulheres foi denominado como quintal produtivo. Para elas estes espaços de produção são efetivados em uma área de terra, geralmente nos arredores da casa. Trazem características bem particulares de acordo com o bioma e a cultura na forma de fazer a produção consorciada, a conservação das sementes crioulas, ervas e plantas medicinais, nativas, frutíferas, produção diversificada e saudável de alimentos, flores, animais e outros. Além disso, nesses espaços são conservadas e restauradas fontes de água e nascentes, visando a preservação da natureza e o cuidado com o planeta.

Nos quintais produtivos as mulheres combinam a arte, o conhecimento, a beleza, o alimento, o remédio, a produção, com estrutura física para guardar ferramentas, biofertilizantes, repelentes, sementes, outros utensílios de trabalho básicos para o processamento (na maioria das vezes artesanal) de derivados de leite, sucos, conservas, doces, artesanatos. Parte da produção destina-se ao autossustento, partilha com as filhas(os), doação/solidariedade e fonte de renda para as mulheres. Além disso, ele é um espaço pedagógico para as crianças aprenderem a arte da agricultura camponesa, de reprodução de conhecimento ancestral, de preservação da biodiversidade, de fazer ciência, de trabalho e de construção de relações de respeito e igualdade com as pessoas e o ambiente (Collet, 2017).

Como se pode observar, o quintal produtivo é um espaço de cultivo, de produção de alimentos diversos, que fica no entorno ou próximo da moradia das mulheres. Nele se combina a arte da agricultura, saberes tradicionais, segurança alimentar, com a preservação ambiental. São constituídos a partir da policultura, com diversidade de plantas e criação de animais o ano todo, são espaços autossustentáveis que minimizam a dependência de insumos externos e se constituem como espaços de resistência para as mulheres.

De acordo com Vandana Shiva (1993), estes espaços, “são bancos genéticos vivos, guardiões da biodiversidade e da autonomia das mulheres. Enquanto a agricultura

industrial homogeniza, o quintal celebra a diversidade." (Shiva, pg.82, 1993). Já para Maria Emília Pacheco (2015), "O quintal produtivo é um território feminino de cuidado e criação, onde se cultiva comida sem veneno e saberes ancestrais." (Pacheco, pg.93, 2015). Este espaço, portanto, é diverso e varia conforme cada local e cultura camponesa estabelecida, assim como, cada território e região do país. Verônica Santana (2019), fala deste lugar de aprendizado alternativo, onde, "No sertão, o quintal é farmácia, despensa e escola. É onde as mulheres criam alternativas à seca e ao agronegócio" (Santana, pg117, 2019).

Para exemplificar as afirmações acima, embora seja relativamente antiga, trazemos uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, com 316 mulheres camponesas de diferentes regiões do estado, no intuito de demonstrar as perdas produtivas e de diversidade nas propriedades rurais, considerando um longo período de estiagem ocorrido entre os anos de 2005 e 2006. Os dados produzidos em 2006 foram oriundos de um curso de extensão firmado entre o MMC RS e o Núcleo de Economia Alternativa (NEA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi publicada em forma de cartilha catalogada nos Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), sendo a bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues (CRB 10/1569). A pesquisa demonstrou que além das perdas, 90,2% das entrevistadas possuem e trabalham em propriedades rurais de até 14 hectares de terra e na área em que as mulheres trabalham estaria, em média, assim dividida: a) 6,6 hectares estariam ocupados com culturas como soja, milho, fumo e banana; b) 4,44 hectares estariam destinados para o plantio de moranga, abóbora, pepino, tomate, cebola, chuchu, batata-doce, batata-inglesa e outras; c) 3,37 hectares estariam ocupados com mata nativa; d) 2,53 hectares estariam ocupados com pomar/frutas; e) 2 hectares estariam ocupados com grama fixa/potreiro; f) 1,4 hectares estariam ocupados com plantio de pastagem; g) 1 hectare estaria destinado para o plantio de arroz, feijão, cana de açúcar, mandioca, pipoca, amendoim e outras; h) 0,8 hectares estariam ocupados com plantas exóticas (eucalipto, acácia, pinheiro americano, uva do japão e outras); i) 403 m² estariam ocupados com hortaliças/horta⁴; j) 285 m² estariam ocupados com plantas medicinais e flores.

⁴ Os quantitativos em termos de hectares e metros quadrados não correspondem, se somados considerando o quantitativo de hectares apresentados na média pelas camponesas. No entanto, optamos por apresentá-los de maneira ilustrativa acerca da diversidade apresentada e sua distribuição espacial, considerando a produção em que as mulheres estão envolvidas nas unidades camponesas.

Esta pesquisa indica que a gestão e o poder de decisão das mulheres sobre o que produzir e como produzir está, na maioria das vezes, nos espaços produtivos em que as “miudezas”⁵ são cultivadas, ou seja, nos espaços onde há o pomar, a produção de frutas, moranga, abóbora, pepino, tomate, cebola, chuchu, batata-doce, batata-inglesa, arroz, feijão, cana de açúcar, mandioca, pipoca, amendoim, hortaliças/horta, medicinais e flores.

Destacamos que os dados da pesquisa mencionada revelam a autonomia das mulheres na construção dos próprios conhecimentos para a realização da agricultura como um todo. Sem esses saberes, o campesinato ficaria refém dos saberes e práticas vindos de fora, como a compra de insumos e sementes, o que corresponde no decorrer do tempo, a uma perda da autonomia e no rompimento de parte dos equilíbrios indicados por Chayanov, que caracterizam a unidade de produção camponesa⁶.

Assim, é a partir da autonomia na construção dos conhecimentos que a economia camponesa se viabiliza. Como são as mulheres que mantêm esses saberes e práticas, ou seja, essa autonomia, são elas a fonte de maior resistência. Por outro lado, justamente por esses saberes e práticas serem contraditórios à lógica do sistema, há esforços contínuos para a sua destruição e, por isso a importância da atuação coletiva nas resistências, neste caso, do MMC. Ressaltamos também a pesquisa realizada por Geneci Ribeiro dos Santos (2021), em um grupo de mulheres de Descanso/SC, no período de primeiro de março de 2008 a 28 de fevereiro de 2009. Nela temos o indicativo de que o consumo total de alimentos em um ano, por pessoa, em uma das famílias deste grupo de mulheres, correspondeu ao valor de R\$2.433,35 (dois mil, quatrocentos e trinta e três reais com trinta e cinco centavos). O valor correspondente à comida comprada fora da propriedade correspondeu a 10,44% do valor total (R\$254,10) e o restante do valor R\$2.179,25 (89,56%) foi produzido pela família, em sua unidade de produção. Com relação ao número de espécies utilizadas na alimentação, foram identificadas (na mesma família acima descrita) 87 (oitenta e sete) e destas, 60 (sessenta) foram produzidas na unidade de produção camponesa e apenas 17 (dezessete) adquiridas fora da unidade de produção.

⁵ A palavra miudezas nesse caso está entre aspas, pois para o MMC a produção das mulheres são as grandezas da diversidade produzida e que revelam a importância do trabalho das mulheres na geração de renda.

⁶ Segundo Chayanov apud Ploeg (2016), os equilíbrios presentes e necessários na manutenção da unidade de produção camponesa são: sem salário, sem capital; trabalho-consumo; utilidade - penosidade; pessoas e natureza; produção e reprodução; recursos internos e externos; autonomia e dependência; escala e intensidade.

Isso nos dá o indicativo de que, a chamada economia invisível produzida pelas mãos das mulheres, no modo de produção camponês é fator importante e prática necessária na inserção dos diálogos para construção de políticas públicas e de debates que circundam o campesinato, tendo em vista que ela garante o suprimento da alimentação da família camponesa e contribui para a continuidade de sua existência e permanência no meio rural. É importante destacar que aqui estamos nos referindo unicamente à produção de alimentos e não mencionamos o trabalho de cuidados e de reprodução da vida, realizado pelas mulheres do campo, das águas e das florestas, tão necessário de ser visibilizado e discutido na sociedade como um todo. Sendo assim, a seguir apresentaremos elementos acerca da economia feminista camponesa, que busca aprofundar ainda mais as discussões até aqui apresentadas, considerando que partem do olhar da diversidade de mulheres que integra o MMC.

3. Economia feminista camponesa: do que estamos falando?

A economia é uma ciência social, que estuda os fenômenos relacionados com a obtenção e a utilização dos recursos materiais necessários ao bem-estar das pessoas. Considera o conjunto de atividades realizadas na produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida e, portanto, não se reduz a modelos matemáticos, mas envolve valores éticos, poder e escolhas coletivas. Diferente das ciências exatas, ela lida com comportamentos humanos, instituições políticas, normas culturais e conflitos de interesse, tornando-a uma área do conhecimento interdisciplinar. Dentre os principais autores que discutem essa compreensão, podemos citar Adam Smith, onde refere que “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (2003, p.48); Karl Marx nas Teses sobre Feuerbach (2007, pg.533) quando afirma que os pensadores interpretam o mundo de diferentes maneiras, tão logo, há uma relação social estabelecida na compreensão sobre a economia; Amartya Sen quando argumenta que a pobreza não deve ser medida apenas pela renda insuficiente (abordagem tradicional), mas pela privação de liberdades substantivas (capacidades), como o acesso à educação, saúde e participação social, assim como, a possibilidade de sair da situação de pobreza, violência e da exclusão; Celso Furtado quando argumenta que “não há desenvolvimento autônomo sem projeto nacional, e este é antes de tudo um ato político que exige a superação de tensões entre grupos sociais antagônicos” (1992, pg.112) e; Thomas Piketty ao afirmar que

A economia deve ser reconquistada pelos cientistas sociais. Ela é demasiado importante para ser deixada apenas aos economistas matemáticos, que frequentemente se esquecem da história, das instituições e do conflito social que moldam a realidade econômica (PIKETTY, 2014, pg.15)

Neste cenário, ao entender a economia como ciência social, a relacionamos com a construção social dos mercados⁷, uma vez que essa teoria refere-se ao processo pelo qual os mercados são entendidos como práticas que são construídas e estabelecidas socialmente, culturalmente e politicamente, através de normas sociais, relações de poder, instituições, assim como, das redes sociais e de crenças. Nessa concepção, a visão liberal de que os mercados emergem organicamente da ação individual é contestada. De acordo com Karl Polanyi, no livro *A Grande Transformação*, "o mercado autorregulável nunca poderia existir sem que fossem abolidas as relações humanas reais" (POLANYI, 1980, Pg.72).

Nesta compreensão o mercado não é um espaço isolado da sociedade ou superior a ela, pelo contrário, é envolto em relações sociais que o determinam. Nesse sentido, Pierre Bourdieu, no livro *As Estruturas Sociais da Economia*, critica a visão econômica ortodoxa dos mercados que são entendidos como espaços neutros e autônomos e destaca sua construção social, onde são moldados por estruturas de poder, hábitos e instituições, portanto, a ideia de que funcionam com base em leis puramente econômicas é refutada. Para ele, "(...) o mercado é uma construção social que resulta de um trabalho institucional e político de construção, e não um dado natural que se imporia a todos como uma evidência" (BOURDIEU, 2001, pg.15) e "(...) a 'oferta', a 'procura', o 'mercado' e até mesmo o 'comprador' e o 'vendedor' são produtos de uma construção social, e não realidades naturais" (BOURDIEU, 2001, pg.19).

A palavra economia tem origem no grego *oikonomía*, que corresponde a junção de *oikos*, que significa casa ou moradia, e *nomos*, que significa administração, organização ou distribuição. Mesmo com essa relação entre administração e casa, que são dois elementos vinculados histórica e socialmente ao trabalho das mulheres, o conhecimento deste campo de estudos pouco considera a presença feminina. Na história do pensamento econômico (ciência econômica) há poucas (ou nenhuma) mulheres

⁷ Falamos em mercados no plural, porque nesta arena de disputa, não existe uma única forma, visto que nela coexistem tendências, na maioria das vezes contrastantes na intermediação entre a produção e o consumo.

sendo estudadas, quando muito se chega a Rosa Luxemburgo. As mulheres são apenas um quinto dos economistas do mundo.

O arcabouço teórico e metodológico da economia neoclássica não inclui o trabalho de cuidado e a perspectiva das mulheres, impedindo o fornecimento de respostas às problemáticas suscitadas pela economia feminista. A compreensão neoclássica da economia considera apenas a economia de mercado, desconsiderando a análise do trabalho não remunerado que é uma atividade básica para a sustentabilidade da vida e para a reprodução da força de trabalho (necessária para o trabalho do mercado). A falta de reconhecimento da economia feminista exclui e desvaloriza a atividade não remunerada, que é realizada fundamentalmente pelas mulheres.

Partimos da ideia de que a economia capitalista é machista, patriarcal, racista e lgbtfóbica⁸. O sociólogo Pierre Bourdieu, no seu texto *A Dominação Masculina*, aponta que

(...) a divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas" (...) para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Bourdieu, 2012, p. 17).

Segundo ele, há uma “naturalização” dos corpos em masculinos e femininos e ela estabelece a divisão de atividades e funções que resultam em relações não simétricas entre os “sexos naturalizados”. Nessa não simetria, o patriarcado se impõe por meio de modos de pensamento e de linguagem que se constituem como legítimos, objetivos e universais a partir dos quais, as situações de opressão sobre o gênero feminino se manifestam de diferentes formas.

A opressão sobre as mulheres pelo fato de terem corpos de mulheres é estrutural e foi analisada por diversas correntes teóricas que buscam explicar suas origens, mecanismos e perpetuação. Dentre as principais autoras, podemos citar Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Simone de Beauvoir e Sílvia Federici, que nos auxiliam nesta reflexão, a partir da sua relação como fator estrutural do sistema de sociedade capitalista, da afirmação de que não é algo biológico ou natural e de que a divisão sexual do trabalho é uma forma de manter e perpetuar a opressão sobre os corpos femininos.

⁸ Nas discussões e debates do MMC, um movimento autônomo que é composto pela diversidade de mulheres do campo, organizamos o coletivo das Lésbicas, Bissexuais, Transexuais (LBTs).

Kollontai argumenta que a opressão feminina é estrutural, mantida pela divisão sexual do trabalho, a partir da qual as mulheres exercem uma tripla jornada de trabalho, incluindo o doméstico não remunerado. Para romper com a opressão de gênero, a autora propõe a socialização do trabalho doméstico (creches, lavanderias e cozinhas coletivas) e a maternidade como um direito social com licenças remuneradas e apoio estatal. Para ela:

A escravidão da mulher na sociedade moderna não é um simples resquício do passado; é um produto necessário do sistema econômico capitalista, que transforma o matrimônio e a família em instituições de opressão. A mulher só será verdadeiramente livre quando o trabalho doméstico for socializado e a maternidade deixar de ser uma carga individual para se tornar uma função social reconhecida e apoiada pelo Estado proletário (KOLLONTAI, 1977, p.62)

Já Clara Zetkin vincula a opressão feminina à exploração de classe, mas destaca que as mulheres trabalhadoras sofrem dupla opressão (no trabalho e em casa). Aponta ainda que:

A opressão da mulher não é um acidente histórico, mas uma ferramenta necessária da ordem capitalista. A burguesia explora o trabalho assalariado do proletariado, mas dentro da própria classe trabalhadora, o homem explora a mulher através do trabalho doméstico não remunerado e da submissão sexual. A emancipação feminina só será possível com a destruição do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, onde o cuidado com os filhos e o trabalho doméstico sejam responsabilidades coletivas (ZETKIN, 2014, p. 78).

Beauvoir destaca que “ser mulher” é uma construção social, não uma essência biológica e a opressão sobre elas, se sustenta em mitos como o “eterno feminino” que justificam sua subordinação. A autora rejeita as explicações naturalistas dos processos, como a ideia de que “a mulher é inferior por sua natureza” e utiliza o conceito de “situação” para mostrar como as mulheres são “o Outro” numa sociedade patriarcal, pois são analisadas e consideradas a partir do homem (cultura patriarcal) que define a mulher não em si mesma, mas em relação a ele. Dentre suas afirmações, temos:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2009, p.9)

Federici afirma que a reprodução social (trabalho doméstico) é tão vital para o capitalismo quanto a produção fabril e rejeita a ideia de que igualdade formal (voto, cargos) basta, pois ela ignora a exploração material das mulheres pobres. Para ela,

A reprodução social é o verdadeiro 'segredo sujo' do capitalismo. As mulheres não apenas produzem trabalhadores (filhos), mas também reproduzem diariamente a força de trabalho através do cuidado, da alimentação e da manutenção emocional – tudo sem salário (2019, p.45).

Somado a este processo, bell hooks nos apresenta a opressão de raça/etnia, classe social e identidade, que age de maneira interseccional. A interseccionalidade é uma ferramenta teórica e metodológica utilizada pelo feminismo negro, para refletir acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações que implicam em múltiplas situações de opressão sofridas pelas mulheres, sobretudo, as negras, pois enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho remunerado, as mulheres negras lutavam contra a superexploração no mesmo trabalho. Para ela,

Não basta dizer 'somos todas mulheres' se ignoramos que algumas mulheres estão amarradas por correntes mais pesadas. O feminismo que não reconhece como raça, classe e sexualidade moldam experiências distintas de opressão acaba servindo apenas às mulheres privilegiadas (hooks, 2015, p.195)

Durante o século XIX com a primeira onda do feminismo, no Brasil e em nível internacional, já se iniciavam as discussões sobre a economia feminista que, dentre outras ações, envolveram reivindicações de direitos das mulheres a ter emprego e a realização de debates sobre a igualdade no trabalho e salarial.

Com o passar dos anos, a economia feminista foi avançando e criticando a ciência econômica neoclássica, questionando a ideia do *homo economicus*, que possui livre atuação no mercado, no qual os indivíduos agem por interesse próprio e que toda a pessoa por natureza é egoísta. O *homo economicus* é um conceito que se refere ao indivíduo que toma todas as decisões com base na racionalidade, sempre analisando todos os custos de oportunidades envolvidos na tomada de sua decisão, fazendo escolhas “acertadas” e otimizando resultados. Essa ideia é defendida por Adam Smith e pelo economista Francis Ysidro Edgeworth⁹, que afirmava que o indivíduo é uma fonte de prazer, sendo assim, caberia à sociedade produzir para suprir esse prazer, onde cada pessoa tem de cumprir seu papel. Considerando a análise de nossa sociedade capitalista,

⁹ Francis Ysidro Edgeworth (08 de fevereiro de 1845 a 13 de fevereiro de 1926) foi um filósofo e economista político irlandês, cujo trabalho tornou-se em uma ferramenta em cálculo econômico e estatística. Desenvolveu ensaios sobre equilíbrio de trocas, economia do bem-estar e a teoria das trocas, que atualmente ainda são fontes de estudos. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/francis-ysidro-edgeworth.htm> - pesquisa realizada em 02/01/2025.

patriarcal e racista, esse *homo economicus* pode ser identificado como um homem, branco, heteronormativo, ocidental e de aproximadamente 30 anos.

A economia feminista de que tratamos neste ensaio considera a posição das mulheres na sociedade, propõe uma ruptura com os paradigmas estabelecidos, realiza críticas à estrutura que proporciona apenas reconhecimento ao mundo público e a economia mercantil monetarizada e busca a construção de um outro paradigma, que considere os diferentes olhares e parâmetros de análise econômicos.

Sendo assim, a economia feminista não é um "apêndice" da economia, mas uma revolução epistêmica. Como mostra Federici, "sem feminismo, não há alternativa ao colapso social" – pois o sistema atual depende da exploração “invisível” das mulheres, portanto, é um campo teórico e político que desnaturaliza a economia clássica, mostrando como ela invisibiliza trabalhos essenciais (como os cuidados) por serem historicamente "feminizados", denuncia a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres – especialmente negras e pobres – as tarefas não remuneradas ou precarizadas e propõe alternativas centradas na sustentabilidade da vida, não no lucro.

Dentre as principais autoras, temos Silvia Federici (quando discute o trabalho reprodutivo e acumulação capitalista) e Cristina Carrasco (traz uma coletânea de artigos sobre a perspectiva feminista na economia).

Com base nessas análises, as mulheres recuperam e envolvem, nos aspectos econômicos, a experiência do trabalho de cuidado dos corpos e da vida, a questão da reprodução, a busca pela ampliação das fronteiras da economia a partir de um olhar integrativo, que inclui a economia não mercantil e propõem a reformulação dos principais conceitos da análise econômica e do desenvolvimento de estatísticas. Assim, a partir da ótica das camponesas, a economia feminista envolve a reelaboração dos conceitos acerca do trabalho, do que é considerado “econômico”, vinculando essas discussões e práticas com a importância da construção de novas relações de gênero, classe e raça/etnia e da necessidade de transformação da sociedade.

A economia do cuidado¹⁰ integra as discussões e proposições da economia feminista, tendo em vista que é entendida como um trabalho que não é menos importante e necessário do que os demais fazeres em nossa sociedade. Representa uma função social e é central na reprodução do viver, sendo um trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres.

¹⁰ Importa dizer que aqui consideramos os cuidados diretos com as crianças, pessoas idosas e doentes e os cuidados indiretos como o trabalho da casa e de preparar o alimento/refeições.

Em 2022, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Cerca de 92% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas no período analisado. Com relação ao trabalho remunerado de cuidados no Brasil, quase 75% do total de postos de trabalho no setor é ocupado por mulheres e destas, 61% são mulheres negras¹¹. Isso traz à tona de como esse componente da divisão sexual do trabalho e de exploração das mulheres se constitui numa atividade decisiva para se dar visibilidade à contribuição econômica das mulheres no Brasil, ao mesmo tempo em que visibiliza uma exploração até então velada e considerada uma responsabilidade normal e intrínseca à vida e ao cotidiano das mulheres.

Portanto, o feminismo (que será discutido no próximo tópico) propõe uma outra economia, porque na economia de mercado as mulheres (seu trabalho, seu corpo e sua sexualidade) são objetos de produção, reprodução e consumo e, não são elas, de maneira geral, que decidem. Ao contrário, são invisibilizadas.

É neste sentido que as mulheres do MMC propõem uma economia feminista que possua como base a solidariedade, a reciprocidade e a construção de relações equitativas entre as pessoas e com o ambiente, num desenvolvimento com envolvimento de todas as pessoas, com produção sustentável, agroecológica e num mundo onde caibam todos os outros mundos.

Como feministas, as mulheres afirmam que:

(...) temos o dever de afirmar que existe espaço para a mudança e que nós devemos construí-lo. Logo, temos que romper com os padrões da sociedade capitalista e patriarcal [e racista] dominante. Temos de discutir que a produção seja distribuída de forma igualitária, de modo que um não seja mais valorizado que outro, sem divisões (belo / feio/ produção / reprodução). Que possamos visualizar um outro desenvolvimento, que seja sustentável para o planeta. (Economia invisível das mulheres camponesas, 2012).

A seguir apresentamos alguns elementos acerca do Feminismo Camponês Popular no MMC para, ao final, trazermos algumas considerações finais sobre o entrelaçamento das discussões aqui apresentadas.

¹¹Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202022%2C%20essa%20diferen%C3%A7a%20era,et%C3%A1rio%20estavam%20envolvidos%20nessas%20atividades.-pesquisa%20realizada%20em%2018%2F09%2F2024,%20às%2015h49.>

4. Feminismo camponês popular: historicidade, materialidade e movimentação de mulheres do campo, das águas e das florestas

O MMC é o primeiro Movimento do campo a assumir-se feminista no interior da CLOC/LVC¹² (Calaça; Conte; Cinelli, 2018), o que ensejou um amplo debate sobre a proposta de um feminismo que tivesse sua raiz teórico-prática baseada nas mulheres camponesas (Chelab; Carvalho, 2020). Esse posicionamento é fundamental para avançar com a construção do Feminismo Camponês Popular, abrindo caminho para o debate e formulação coletiva. Iniciamos trazendo uma definição de feminismo de Cristina Buarque (2016), que nos permitirá abordar uma amplitude de ações:

Feminismo é a ação política das mulheres em favor da transformação das relações de poder entre homens e mulheres, que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos (Buarque, 2006, p. 8).

De acordo com Taborda (2023), o assumir-se feminista no MMC não se deu desde sua gênese nos anos de 1980, mas:

Faz parte de um processo de conscientização vivenciado pelas mulheres camponesas, pois, de acordo com Ana de Miguel (2014), por muito tempo o feminismo era considerado a luta das mulheres urbanas, brancas e de classes média e alta, porém, ao olharmos para as lutas travadas na busca da transformação da sociedade percebemos que o feminismo também é fruto da ação política das mulheres da classe trabalhadora. A autora afirma ainda que o feminismo sempre existiu, pois no sentido mais amplo sempre que as mulheres de forma individual ou coletiva se dão conta da injustiça vivenciada pelo patriarcado e reivindicam uma vida melhor, estão exercitando o feminismo. Portanto, é do feminismo baseado na luta de classe que as camponesas vão construindo os elementos para a formulação do Feminismo Camponês Popular (Taborda, 2023, p. 113-114).

Salientamos que um processo fundamental para a construção do feminismo camponês popular no MMC, perpassa pelo “sair de casa”, ir em busca de seus direitos, organizar as mulheres, conscientizá-las a partir de espaços formativos e impulsionar para a luta. Diante de uma estrutura de sociedade capitalista, patriarcal e racista, o sair de casa não é algo simples, mas um ato de ousadia e rebeldia que perpassa pela construção da libertação e emancipação das mulheres diante de um sistema opressor.

Outro fundamento importante do feminismo, de acordo com Catiane Cinelli (2012), é a relação com a identidade, no sentido de assumir-se feminista por parte das militantes e do movimento. As camponesas, mesmo ao identificar e valorizar a

¹² A Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) é uma instância de articulação da La Via Campesina (LVC), que envolve 84 organizações em 18 países da América Latina e do caribe. Possui mais de 25 anos. O MMC integra a CLOC/Via Campesina. Fonte: <https://cloc-viacampesina.net/> - pesquisa realizada em 02/01/2025.

identidade e cultura camponesa, alertam que é preciso questionar e negar qualquer relação, cultural ou não, que explore, oprima, violenta e discrimine as mulheres. Afirmam que há “aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o machismo existente em nossa cultura precisa ser enfrentado e superado” (MMC, 2018, p. 24).

O tema da identidade aparece também em Isaura Conte; Mariane Martins e Vanderleia Daron (2009, p. 121), quando as autoras ressaltam que para compreender essa identidade “é preciso olhar para o campo como lugar de movimento, inconformidade e reação das mulheres, já que essa é a base a partir da qual se pode falar do surgimento do MMC”. Nesse sentido, identificamos em Catiane Cinelli e Elisiane de Fátima Jahn (2011) que:

A construção da identidade de camponesa e feminista é política, pedagógica, social e de proposição de novos valores, enquanto também resgata e preserva outros. Ainda, que este processo é dinâmico e dialético e, por esse motivo, envolve vários elementos, como formação, luta, novas relações de trabalho e experiências coletivas e de vivência, tanto na organização, quanto na pedagogia do exemplo. É uma construção que é individual, mas também coletiva, construindo atores sociais e não meros indivíduos espectadores (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

As autoras vão além e apresentam uma relação entre identidade de resistência e identidade de projeto de sociedade, de projeto de agricultura camponesa e de feminismo e nos dizem que:

Podemos considerar, ainda, que no MMC se entrelaçam a Identidade de resistência com a Identidade de projeto, o que produz uma força potencialmente ‘capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social’ (CASTELLS, 2002, p. 24). Nesse caso, buscando a efetivação de um Projeto de Agricultura Camponesa, fundado nos princípios da agroecologia e de construção de novas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Enfim, assim vai se dando a constituição da identidade feminista e camponesa, das mulheres, em meio a conflitos vivenciados numa sociedade patriarcal: as mulheres vão enfrentando as contradições dentro de sua própria casa e, ao querer sair dessa situação de inferioridade e dependência, compreendem que somente com a transformação das relações sociais é que conseguirão ter outro espaço e passar do ser menos ao ser mais (Cinelli; Jahn, 2011, p. 92).

Com esse entendimento, percebemos que assumir a identidade feminista no MMC se dá a partir do feminismo revolucionário e não do feminismo burguês, ou seja, um “feminismo classista, entendendo que a libertação das mulheres só é possível com a superação do capitalismo, patriarcado e do racismo” (Calaça; Conte; Cinelli, 2018, p. 1161–1162). Essa é uma demarcação política fundamental.

As autoras Taborda e Janaina F.S.C. Vinha (2024), salientam que as camponesas organizadas no MMC, ao longo da sua história, pautaram as ações no entendimento de

que pertencem à classe trabalhadora. Portanto, constroem o conhecimento a partir do estudo teórico, mas, também, de elementos e práticas dos saberes populares que historicamente foram desenvolvidos e transmitidos pelos povos. Ao buscar compreender suas práticas constata-se que sua luta é feminista. Portanto, ao assumir-se feminista em 2004, as mulheres camponesas, começam a dialogar e formular a concepção de feminismo que as representaria.

Considerando a diversidade de mulheres que compõem o MMC e em diálogo com as mulheres organizadas na Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e em La Via Campesina (LVC), chegam à definição do feminismo camponês popular.

A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e mulheres, [...]. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. [...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto às mulheres da CLOC/LVC. [...]. A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (Seibert, 2019, p. 117).

Taborda (2023) apresenta que na perspectiva da luta de classe, o feminismo não pode ser considerado de forma autônoma, pois para Heleieth Saffioti (2013, p. 194), “não há um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe”. Percebe-se, portanto, ainda de acordo com Taborda (2023) que o materialismo histórico-dialético, é o substrato material de todos os fenômenos sociais, sendo assim apresenta grande importância, pois permite afirmar que a sociedade não comporta uma única contradição, mas três fundamentais: a de gênero, raça/etnia e a de classe.

O que também dialoga com o MMC (2018) ao apresentar que o feminismo camponês popular se constrói na luta de enfrentamento à violência sofrida pelas mulheres, no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo, através da luta por direitos e emancipação, na construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista que se contrapõe ao modelo hegemônico do agronegócio. É, portanto, “nesse processo dialético da vida concreta e no cotidiano de luta das mulheres camponesas que o Feminismo camponês popular vem sendo construído no MMC e articuladamente de forma mais ampla na CLOC/LVC” (Taborda, 2023, p. 114).

Evidenciamos que o feminismo camponês popular expressa a história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, as mesmas ao se perceberem como sujeitos, portadoras de direitos em luta e organizadas demonstram que é possível transformar a realidade. Lutar por uma vida sem violência e discriminação, por políticas públicas, por terra e território, pela agroecologia, permite as mulheres de forma organizada construir experiências de libertação, anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e antilgbt+fóbicas.

De acordo com MMC (2018), o Feminismo camponês popular, é forjado na luta de resistência e enfrentamento cotidianamente ao capitalismo, principalmente em sua expressão no campo:

Construímos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e do trabalho das mulheres como sujeitas concretas de transformação da sociedade, ressaltando o caráter de luta contra o capitalismo e o patriarcado do FCP (MMC, 2018, p. 33).

Nesse sentido, contrapõe-se à forma capitalista de produção, pois as camponesas do MMC têm denunciado o agronegócio, os monocultivos e as políticas neoliberais, prova disso é a ação realizada na Aracruz Celulose em 2006, já mencionada. “Ação essa que possibilitou à sociedade informações e esclarecimentos sobre os prejuízos causados pela produção intensiva dos monocultivos de pinus e eucalipto” (Lorenzoni, Seibert, Collet, 2020, p. 24). Uma proposta que mercantiliza de forma ainda mais profunda a natureza e apresenta falsas soluções para resolver a problemática ambiental. De acordo com Taborda (2023)

O Feminismo Camponês Popular que o MMC vem construindo tem rompido com barreiras e provado que a luta das mulheres é fundamental para o avanço da luta de classes. Avançam na luta feminista e socialista e acreditam que as mulheres se assumirem numa organização camponesa e feminista é uma afronta direta ao sistema capitalista, patriarcal e racista (Taborda, 2023, p. 125).

Esse feminismo, portanto, está presente na luta e construção diária pela libertação e mudança nas relações entre as pessoas e destas com a natureza. Além de ser o caminho para a transformação de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista para uma sociedade justa, igualitária e solidária. Um feminismo construído a partir de uma

dimensão local, ou seja, da vida material e concreta das mulheres, avançando para uma dimensão internacional de luta e resistência, indígena, negra, camponesa e popular das mulheres do MMC e da CLOC/LVC.

Se constitui, portanto, numa territorialidade das mulheres do campo, das florestas e das águas, pois, de acordo com Saquet (2009), é a partir de distintas escalas espaciais que a territorialidade se efetiva. É através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente que ela varia no tempo.

A territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais (Dematteis, 1999). A territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo (Saquet, 2009, p. 87).

É, portanto, um feminismo baseado na práxis camponesa feminista popular, ou seja, é na teoria/prática/teoria que as mulheres do campo, florestas e águas vem fortalecendo um projeto de sociedade anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e antilbti+fóbico. Na luta por direitos, no enfrentamento a todas as formas de opressão, exploração e discriminação, por um projeto popular de agricultura camponesa de enfrentamento e resistência ao agronegócio, tendo os quintais produtivos, centrado na perspectiva da agroecologia que para o MMC é modo de vida, movimento, ciência e projeto de sociedade, que o feminismo camponês popular se efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, nesse breve ensaio, que a história de mais de 42 anos de organização, formação e lutas do Movimento de Mulheres Camponesas, possibilitou importantes conquistas na vida das mulheres, que ousaram enfrentar a opressão, “sair de casa”, se organizar e ir em busca de seus direitos e da construção de autonomia. Através de uma práxis feminista, baseada nos propostos de educação popular, efetivam através dos quintais produtivos, da agroecologia, da luta de enfrentamento e resistência, da formulação teórica do Feminismo Camponês Popular um projeto de vida e sociedade para o campo, mas que também envolve a cidade.

Identificamos que a economia feminista proposta pelas camponesas organizadas no Movimento considera a posição das mulheres na sociedade, propõe uma ruptura com

os paradigmas estabelecidos, realiza críticas à estrutura que proporciona apenas reconhecimento ao mundo público e a economia mercantil monetarizada e busca a construção de um outro paradigma, que considere os diferentes olhares e parâmetros de análise econômicos.

Com base nesta análise, as mulheres recuperam e envolvem nos aspectos econômicos, a experiência do trabalho de cuidados dos corpos e da vida, buscam a ampliação das fronteiras da economia a partir de um olhar integrativo, que inclui a economia não mercantil e propõem a reformulação dos principais conceitos da análise econômica e o desenvolvimento de estatísticas.

Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular vem fortalecendo um projeto de sociedade anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e antilgbti+fóbico. Bases fundamentais para pensarmos a transformação da sociedade em nível local, mas também em escala internacional, pois é um feminismo e uma economia pautadas na luta de classes e na resistência indígena, negra, camponesa e popular, que tem como base a solidariedade, a reciprocidade e a construção de relações equitativas entre as pessoas e com o ambiente, num desenvolvimento com envolvimento de todas as pessoas, com produção sustentável, agroecológica e num mundo onde caibam todos os outros mundos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo.** *Sociedade e cultura*, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 1.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia.** Tradução: Maria João Silveirinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. *In*: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha (org.). **Caderno de textos gênero e trabalho.** Salvador: REDOR, 2006. p. 7-24.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.** 1. ed. São

Paulo: Outras expressões, 2020. p. 123-132.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura, Feminismo camponês e popular: uma história de construção coletivas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, set./dez. 2018.

Cartilha Formação de Base – **Rumo ao 2º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas**. Passo Fundo/RS: Associação Nacional de Mulheres Camponesas, 2024.

Cartilha **Soberania Alimentar: compreensão e ação na luta camponesa**. Produção: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Passo Fundo/RS: Gráfica e Editora Battistel, 2007.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012. 113 p. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidade camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, 2011.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, *In*. **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

CONTE, Isaura Isabel, SCHMIDT, Carlos [et al.]. **Cartilha Economia (in)Visível das Mulheres Camponesas**. Passo Fundo/RS: Passografic, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista**. São Paulo: Elefante, 2019 (trad. Coletivo Sycorax).

FREIRE, Paulo [Elza Freire]. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **Brasil: A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GASPARETO, Sirlei A. K. **Pedagogia da sementeira: a Construção de Saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas**”. São Paulo: Ed. Dialogar, 2018.

hooks, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política: 2015.

JAUMONT Jonathan; VARELLA Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, 2016, p. 414-464.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Mulher no Desenvolvimento Social**. Tradução de Maria Teresa Pinto. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Graciele; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 533.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, 1976. 236 p.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento Tese do MMC**. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - MMC, **Feminismo Camponês e Popular**, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. 2024. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/quem-somos-e-nossa-missao>. Acesso em 16 set. 2024.

OXFAM BRASIL. **Tempo de Cuidar**: O Trabalho de Cuidado Não Remunerado e Mal Pago. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>.

PACHECO, Maria Emília. Agroecologia e Feminismo: A construção de novos paradigmas na agricultura familiar. Rio de Janeiro: Editora Gramond, 2015.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes – Mito e Realidade**. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013. 528 p.

SANTANA, Verônica. **Feminismo e Convivência com o Semiárido**: Saberes e práticas das mulheres na construção da resistência. Recife: Editora SOS Corpo, 2019.

SANTOS, R. Geneci. **Quintais produtivos e o papel das mulheres camponesas para o fortalecimento da produção agroecológica: um estudo das experiências desenvolvidas pelo movimento de mulheres camponesas – MMC/ SC**. 2021. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Agroecologia Desenvolvimento Rural Sustentável- PPGADR. Universidade Federal.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed. 2009, p. 73-94.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês Popular: Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social**, Dissertação de mestrado no Programa de Pós graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: Perspectivas sobre Biodiversidade e Biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TABORDA, Noeli Welter. **Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2023. 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.

TABORDA, Noeli Welter; VINHA, Janaina Francisca de Sousa Campos. Movimento de Mulheres Camponesas: território de luta e resistência feminista. **Terra Livre** – São Paulo, ano 38. v. 2, n. 61, 2023.

VIA CAMPESINA DO RIO GRANDE DO SUL. **Por um programa de promoção, valorização e sustentabilidade da agricultura camponesa**. Porto Alegre, 2013.
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

ZETKIN, Clara. **A Questão Feminina e a Luta pelo Sufrágio**. In: ASSUNÇÃO, Diana (Org.). Clara Zetkin: Textos Escolhidos. São Paulo: Sundermann, 2014

Noeli Welter Taborda, UNESP

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Email: noeli.taborda@unesp.br

Elisiane de Fátima Jahn

Educadora e Pesquisadora Popular. Pós-doutorado em andamento no Programa Interdisciplinar de Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Email: j.elismmc@gmail.com

Renata Rocha Gadelha, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional (UTFPR). Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Email: regadelha@hotmail.com